

SILVA, Vera Lucia Gaspar; PETRY, Marilia Gabriela (ORGs). **Objetos da Escola:** Espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX). Florianópolis, SC: Editora Insular, 2012. ISBN 978-85-7474-599-2

ELAINE COELHO DA LUZ

Mestranda em educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Integrante do Grupo de Pesquisa Sociedade, Memória e Educação. Bolsista CAPES. elaine.pastoriz@hotmail.com

A obra *Objetos da Escola: Espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar* (Santa Catarina – séculos XIX e XX), organizada por pesquisadoras na área da História e Historiografia da Educação, voltada ao público brasileiro, em especial, interessados na temática da cultura material escolar. Permite assim, que se faça a sugestão de sua leitura devido ao amplo número de artigos escritos por pessoas envolvidas em um trabalho coeso. Vera Lucia Gaspar da Silva e Marilia Gabriela Petry trazem com essa obra, uma proposta de instigar a valorização do patrimônio histórico escolar, dando visibilidade à memória das instituições e de seus sujeitos por meio da cultura material escolar, a base teórica dos autores que se debruçam sobre cultura escolar é a teoria da História Cultural.

Vera Lucia Gaspar da Silva graduada em Pedagogia pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP, doutorado *Sandwich* em Fundamentos da Educação pela Universidade de Lisboa. Mestre em Educação pela UFSC atua como professora efetiva no Curso de Mestrado do PPGE – UDESC, na linha História e Historiografia da Educação, do qual é vice-coordenadora e editora da Revista Linhas. Com experiência na área de Educação atua nos temas: escola primária, cultura material escolar e patrimônio educativo; opera no Observatório de Práticas Escolares; sócia fundadora da Sociedade Brasileira de História da Educação e associada da ANPEd. Marilia Gabriela Petry atua como professora do Ensino Fundamental, é Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), possui graduação em Pedagogia (2010) pela mesma instituição com habilitação em Magistério das Séries Iniciais. No ano de 2010 recebeu o Prêmio Jovem Pesquisador – XX Seminário de Iniciação Científica FAED/UDESC.

Publicada em abril de 2012, a obra possui 232 páginas ilustradas com fotos, planta baixa de algumas escolas, tabelas, mapas e listas de fontes consultadas. O prefácio é assinado por Agustín Escolano Benito e a apresentação escrita por Vera Lucia Gaspar da Silva e Marilia Gabriela Petry, organizadoras da obra. Ambas consideram que as investigações sobre objetos escolares envolvem as memórias das instituições e dos sujeitos, nesse sentido, o ideal seria reverberar na preservação do patrimônio escolar.

Outra reflexão possível em relação à cultura escolar, como algo que não é estável, envolve sujeitos que geram uma tensão em suas relações dentro a comunidade escolar. Em termos de estrutura o livro está dividido em duas partes, a Parte 1 com o título “O que os lugares revelam sobre espaços e objetos” possui quatro artigos e a Parte 2, intitulada “O que os objetos revelam sobre os lugares” é composta por cinco artigos. Após a apresentação dos artigos, há um histórico: “Um pouco da produção do grupo ao longo da pesquisa (2008-2011)”.

No prefácio Escolano Benito já assinala acerca da relevância do tema, considerando a escola como lugar de produção de cultura e fundamentado em Michel de Certeau, ele considera que: “La escuela há sido y es um lugar de producción de cultura y esta cultura se objetiva em las prácticas em que se operativizan los procesos formativos. Las acciones se materializan em los espacios, objetos, iconos y textos que forman parte del patrimônio histórico-educativo” (GASPAR, PETRY, 2012, p12). Benito analisa os indícios do passado da educação, leva-nos a refletir como um arqueólogo preocupado com o salvamento de uma cultura, com a missão de salvar o patrimônio que está na base de nossa formação. A metáfora da bricolagem é lembrada por ele, quando se refere a certos ensaios sociológicos que falam sobre a dimensão artesanal do perfil do professor em seu ofício.

No texto de apresentação utilizada a poesia *Gramática* de José Miguel Wisnik, para dar a primeira dica: “queremos encontrar o sujeito nos objetos”. Desse modo, as autoras esclarecem que além da necessidade de preservação do patrimônio histórico que possuímos em determinada instituição escolar, também há nesse local a memória das instituições e seus sujeitos. Assim, seguem na apresentação de cada autora e seu tema de pesquisa.

O primeiro artigo de autoria de Rita de Cássia Gonçalves, intitulado *A arquitetura como uma dimensão material das culturas escolares*, foi ricamente ilustrado com imagens de diversos grupos escolares catarinenses, do Instituto Estadual de Educação e ainda, a planta baixa do Colégio Estadual Padre Anchieta. A autora fundamenta-se em Benito, ao que se refere à criação da instituição para formação dos cidadãos e invenção de uma cultura escolar e em Viñao Frago, que identifica os atores da escola, a instituição e a cultura material da escola, incluindo espaços edificadas e não edificadas.

A autora discorre sobre a evolução do espaço escolar em Santa Catarina, e organiza em grupos escolares. Entre 1908 e 1930, surge em Santa Catarina o primeiro grupo de construções escolares e o segundo grupo constituído a partir de 1930 até 1960, caracterizando-se pelas marcas do movimento da “Escola Nova”, adotando o estilo

arquitetônico modernista “as amplas janelas de vidro que passam a caracterizar a arquitetura escolar, permitem uma visão ‘para fora’, revelando uma pedagogia que defendia uma educação aberta para a sociedade [...]” (GASPAR, PETRY, 2012, p.34). O terceiro grupo ocorre a partir do ano de 1960 e é marcado pela ditadura militar, “tratava-se de implementar a educação como investimento que devia trazer retorno, lucro, como qualquer outro” (p.53). Embora haja uma expansão no número de escolas construídas, o objetivo de cortar gastos visualizando lucro, é denunciado pelas plantas das escolas que se apresentam com poucos detalhes construtivos e queda na qualidade do material.

A biblioteca da escola no ensino primário catarinense em meados do século XX: um espaço de sociabilidades, de Gisela Eggert-Steindel. A autora abre o texto questionando “por que e para quê propor estudos sobre a história das bibliotecas no Brasil?” e inicia uma investigação baseada em alguns autores renomados como Darton. No campo da biblioteconomia no Brasil do século XX, sem deixar de mencionar o descaso e adversidades enfrentadas e estudos sobre biblioteca, Gisela baseia-se em Elias e Julia, e mostra inquietação com os poucos estudos acerca da historicidade da Biblioteca escolar em Santa Catarina e se debruça em exame do Decreto nº3.735, de 17 de dezembro de 1946, discutindo a instituição escolar ancorada na legislação e a partir desse estudo propõe alguns objetivos. Para cumprir com sua meta, entrecruzam os campos da História da Educação, da Sociologia e da Biblioteconomia. A autora conclui que a biblioteca escolar em Santa Catarina ganhou *status* a partir da Reforma Trindade, em 1935, sob a égide da Escola Nova e indica como resposta possível para o questionamento com que iniciou o texto: “Conhecer e refletir gestos e modos para o tempo presente”.

O artigo *Museu escolar: o que dizem os inventários (Santa Catarina / 1941-1942)* com autoria de Marília Gabriela Petry insere-se nas discussões da cultura material escolar. Na escrita do texto, a primeira parte intenta dar contornos ao que seriam os museus escolares, em seguida, explora características do livro-inventário que é a fonte escolhida para análise, por fim, cruza os dados dos inventários das escolas a fim de aprofundar a reflexão. A autora deixa explícito que a História Cultural é seu aporte teórico e que por meio dele, abordou os objetos escolares e considera que “Os museus escolares fazem parte deste universo” (GASPAR, PETRY, 2012, p.80). Baseada em Diana Vidal, apresenta algumas figuras de quadros intrusivos e explicita que as escolas tinham obrigação de elaborar inventários anuais e a fonte de estudo desta pesquisa foi um livro de inventário

datado de 1941 a 1942, a partir dessa análise, elaborou duas tabelas que são apresentadas no artigo.

Por meio de mapas do estado de Santa Catarina, a autora aponta os municípios que remeteram inventário ao Departamento de Educação (1941-1942), bem como, as escolas que possuíam Museu Escolar e sua localização. Por fim, o artigo apresenta-se tabelas explicativas, acerca daquilo que um museu escolar deveria conter: amostra dos objetos descritos no inventário; plano de um museu escolar; itens de estudo que os museus atendem e móveis que compunham os museus. O texto foi escrito de forma agradável, revelando um pouco mais sobre os museus escolares, dando visibilidade à sua materialidade.

Na sequência, o último artigo *Museu Irmão Luiz Gartner: um museu insólito?* De Karina Santos Vieira Schlickmann e de Vera Lucia Gaspar da Silva, analisa o espaço do museu, para isso, as autoras aventuram-se até a cidade interiorana ao norte do estado catarinense em busca de um museu escolar, o Seminário de Corupá, agregado à estrutura da Escola Apostólica Sagrado Coração de Jesus. Nesse contexto, elas se deparam com uma diversidade de materiais: “Trata-se de um acervo que contém pastas individuais de ex-alunos, plantas do prédio, carteiras, cadeiras, mesa de professor, mapas (geográfico, humano, político), globo terrestre, esqueleto humano [...]” (GASPAR, PETRY, 2012, p. 104). A coleção de material proporciona a possibilidade de estudos com diferentes tipos de fontes e propicia uma infinidade de questionamentos acerca da origem do acervo, sua finalidade e ainda, quais atividades desenvolvidas com as peças que dele fazem parte. O artigo é ricamente ilustrado com fotos do complexo escolar, as quais impressionam pela amplitude, suntuosidade e estilo da arquitetura gótica, outras fotos apresentam o museu e seu acervo com animais taxidermizados, comprovando que as ilustrações foram bem escolhidas. As autoras concluem o artigo almejando ter contribuído com a possibilidade em tornar o museu conhecido, o que, por certo, é relevante à nossa história da educação.

Inicia-se a segunda parte do livro e o primeiro artigo com autoria de Ana Paula de Souza Kinchescki e de Tainara Lemos das Neves, intitulado *Objetos da escola e preceitos higienistas: condutas no Grupo Escolar Lauro Müller*, acerca da cultura material escolar analisam (GASPAR, PETRY, 2012, p.131) “sobre o cuidado com a higiene em relação da e na instituição e sua relação com os objetos da escola”, de uma instituição inaugurada na cidade de Florianópolis, em 1912. As autoras chamam atenção, ao pesquisador que deve considerar a escola como um micro espaço social e salientam a precariedade dos espaços

que ‘armazenam’ os objetos escolares como fator que dificulta a pesquisa. O texto traz duas figuras, a primeira é uma foto de exame biométrico, apontando hábitos de cuidado físico no ambiente escolar e a outra figura também é uma foto de instituições escolares. Verificaram que também havia preocupação com a construção dos prédios em locais bem arejados e sem umidade, seguindo o regimento. Tais cuidados se davam em virtude da preocupação com os alunos, para que estes adquirissem comportamentos adequados às normas daquela época.

O mínimo necessário: mobiliário escolar de escolas isoladas (Santa Catarina, 1910-1920), de Vera Lucia Gaspar da Silva, Camila Mendes de Jesus e Luiza Pinheiro Ferber, é um dos resultados do Projeto de Pesquisa Objetos da escola: cultura material da escola graduada (1874-1950). O tema é alicerçado nas discussões da Antropologia, com Luciana Freitas, nas reflexões de Diana Vidal, em relação à cultura material, e Ulpiano Bezerra de Meneses com a finalidade de investigar o mobiliário das escolas isoladas, ao final do texto, segue uma lista de fontes consultadas. As autoras abordam sobre a Reforma Orestes Guimarães, aprovada no ano de 1911 sendo avaliada como a mais importante para o ensino catarinense, pois: (GASPAR, PETRY, 2012, p. 152) “Tal proposta é marcada pela referência à modernização escolar, a ser materializada por meio de adequação na estrutura, no mobiliário e no currículo educacional da época com o objetivo de enquadrar-se nos princípios higienistas proporcionar a difusão do sentimento nacionalista”.

Nesse contexto, tomam o principal objeto de estudo, como exemplar dessa nova organização educacional, o mobiliário escolar e a fonte documental escolhida para coleta de dados se constitui no relatório do Inspetor Escolar José Duarte Magalhães, de escolas isoladas, no ano de 1916. O cenário que apresenta a desigualdade marcante no que se refere ao mobiliário entre escolas “normais” e escolas isoladas é anunciado nas fotos exibidas no decorrer do artigo, assim como, as tabelas com materiais previstos para compor uma sala de aula, ou a tabela demonstrativa sobre o acervo das escolas inspecionadas. É interessante que as autoras esclarecem o fato de que, há tratamentos e modos de operacionalizar distintos, de acordo com o modelo de escola e sua localização. Assim, não podemos afirmar que há um único modelo de escola, pois, estaríamos desconsiderando as diferentes comunidades, cada uma com suas especificidades.

O artigo de Raquel Xavier de Souza Castro e de Vera Lucia Gaspar da Silva intitulado *Cultura material da escola: entram em cena as carteiras*, apoia-se nos estudos de Daniel Roche para compreender sobre a história e a origem das coisas, em especial

nesse caso, das mesas e cadeiras. De acordo com as autoras, (GASPAR, PETRY, 2012, p.170) “Na escola, mesa e cadeira encontraram força singular que as transformaram em objetos com atuação direta na higiene do corpo, na disciplina, no conforto e na aprendizagem”. Enquanto na escola, a prioridade de ensino era a leitura, apenas os assentos eram necessários, com o tempo, a escrita passou cada vez mais, a fazer parte da aprendizagem tornando imprescindível o uso da mesa, desse modo, o estudo do uso desses materiais, indica ao pesquisador o tipo de cultura escolar produzida na instituição. O texto traz algumas figuras, sendo uma sobre a remuneração dos professores, que nos mostra a diferença salarial entre o professor que ensinava pelo método individual com o salário mais baixo do que aquele que desenvolvia o método mútuo. E ainda, uma interessante fotografia de uma mesa de areia, na qual as crianças aprendiam a desenhar o alfabeto. A pesquisa revela que a materialidade das escolas catarinenses, de modo geral era precária, entretanto, os grupos escolares implantados em Santa Catarina no início do século XX, com a Reforma Orestes Guimarães, reunirão o ideal de escola no que se refere à estrutura material.

O texto “*Sobre relógios e tempo escolar: ritos, rituais e rotinas*” de Virgínia Pereira da Silva Ávila, é fundamentado em Elias, Benito e Frago. A autora destaca o *slogan* que caracteriza o mundo moderno “produzir mais em menos tempo”. De certo modo, a construção do tempo escolar relaciona-se ao surgimento da sociedade industrial, (GASPAR, PETRY, 2012, p.188) “Nessa sociedade, a racionalização do tempo se traduzirá em fragmentação das atividades escolares por meio de relógios que estabelecem horários e de calendários que determinam o que deverá ser realizado e comemorado ao longo do ano”, com a finalidade de homogeneizar o ensino primário, de acordo com as escolas pesquisadas pela autora. Nesse sentido, o relógio sobressai como um importante instrumento que tem a nobre utilidade de organizador temporal com a função de ritmar o regime da entrada na escola, da aula, do recreio, e da saída. Após as referências, a autora apresenta lista com as fontes de entrevistas; legislação; livros e revistas utilizadas na produção do artigo.

O artigo de Ivanir Ribeiro e Luani de Liz Souza *Corpos escolares, leitura de imagens: o uniforme escolar na Escola Técnica Federal de Santa Catarina – 1964 a 1985*, finaliza a segunda parte do livro. Por meio de análise fotográfica, verificam o processo de implementação do uniforme no cotidiano escolar da Escola Técnica Federal de Santa Catarina. O que torna o tema muito interessante, visto que até o início do século XIX, por

volta da década de 1930, seguindo uma tendência positivista ainda consideravam como fonte histórica apenas os documentos oficiais. Nesta pesquisa, as autoras tomam as fotos como fontes históricas de grande potencial que permitem interpretar e analisar a arquitetura, o mobiliário, o cotidiano e até mesmo a memória de alunos e professores. O uso da leitura de imagem permeia com outras fontes, possibilitando o entrecruzamento na escrita da história da educação, sendo que (GASPAR, PETRY, 2012, p.205) “A fotografia é um documento histórico que informa sobre determinada sociedade, e faz-se necessário, para sua análise, estabelecer um diálogo com a imagem, bem como articulá-la com outras fontes”. As fotografias apresentadas ao longo do texto possibilitam interpretar o rito cívico e a regulação do corpo escolar. A análise das autoras diante das imagens fotográficas dá-se por meio de um olhar crítico, reconhecendo a confluência de fatores como a subjetividade de cada envolvido no registro, como o fotógrafo, o fotografado e o expectador, assim como, o momento social e histórico de sua materialização.

Trata-se de uma excelente obra, oferece ao leitor uma gama de possibilidades que permitem amparar pesquisas que incluam a cultura material escolar, em seus mais diversificados contextos. A seleção dos textos publicados apresenta diferentes possibilidades de fontes, a partir de objetos, fotografias, tabelas, mapas, bibliografias, leis e entrevistas. Destina-se ao público interessado e inserido no contexto da História e Historiografia da Educação, aos apaixonados pela escola, que queiram se aventurar neste campo de lutas que envolvem sujeitos tão distintos, cada qual com sua história e trajetória, mas que, dividem com seus pares a produção de significados e sentidos que é cultura escolar.

Recebido em: 03.07.2014

Aceito em: 10.12.2014